**OFÍCIO-CPAR Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_**

Santo André, \_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

Ao Sua Senhoria o (a)  Senhor (a)

(Nome)

Subsecretário de Fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil

(Endereço)

**Assunto:** Solicitação de dados fiscais para instrução de processo administrativo de responsabilização.

1. Cumprimentando-o cordialmente, sirvo-me do presente para, na condição de Presidente da Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização designado pela Portaria nº \_\_\_\_\_ , de \_\_\_ de \_\_\_\_\_\_ de \_\_\_, publicada no Boletim de Serviço nº\_\_\_\_ em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_, para apuração de eventuais responsabilidades administrativas descritas no Processo nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, solicitar a Vossa Senhoria, nos termos do art. 198, § 1º, inciso II, do Código Tributário Nacional, o compartilhamento de informações fiscais da pessoa jurídica \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (nome da pessoa jurídica), CNPJ nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

2.                     Para tanto, indico os elementos necessários ao compartilhamento dos dados, conforme Nota Cosit 03/2004, item 16.1:

**a)** ato administrativo que determinou a instauração do processo administrativo: (especificar);

**b)** número do processo administrativo e a data de sua instauração: (especificar);

**c)** fundamento legal da instauração do processo administrativo: art. 8º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

**d)** demonstração de que o órgão ou entidade administrativa tem competência para investigar o (s) sujeito (s) passivo (s) pela prática da infração administrativa: (especificar);

3.                      Ademais, em atenção ao Parecer PGFN/CAT/Nº 768/2006, informo haver absoluta pertinência entre as informações fiscais requeridas, o sujeito passivo, e a infração administrativa investigada, cometida pelo mesmo sujeito passivo a que os dados sigilosos se referem. Esclareço não ser possível o fornecimento de informações mais detalhadas em função do caráter reservado do processo, conforme previsão no art. 6º do Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015.

4.                      Destarte, solicito a Vossa Senhoria que envie a esta Comissão, cópia da Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda relativa à pessoa jurídica investigada, correspondentes aos anos-calendário \_\_\_\_ a \_\_\_\_\_ (especificar).

                        Atenciosamente,

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(nome completo)

Presidente